

Prefácio

Maria Cecília de Souza Minayo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MINAYO, MCS. Prefácio. In: CRUZ NETO, O., MOREIRA, MR., and SUCENA, LFM. *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, pp. 11-21. ISBN: 978-85-7541-519-1. Available from: doi: [10.7476/9788575415191](https://doi.org/10.7476/9788575415191). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/ds48k/epub/cruz-9788575415191.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Prefácio

Por que ter medo se o futuro é a morte?

(autor desconhecido)

Por muito tempo essa epígrafe cruel me feriu os olhos e a alma no caminho do trabalho para a FIOCRUZ. Estava estampada entre muitas pichações nos muros da Favela de Manguinhos, que margeiam a Rua Leopoldo Bulhões, no Rio de Janeiro. Ao ler com carinho e emoção o trabalho de Otávio Cruz Neto e seus companheiros – *Nem Soldados nem Inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro* –, essa frase brotou vívida em minha memória, passando antes por uma profunda invasão emocional. A emoção se deve ao tema em pauta, mas, sobretudo, por causa do encontro interior com Otávio e seu grupo e pela trajetória que temos feito juntos, articulando a lide acadêmica com a responsabilidade social. A lembrança trazida na epígrafe e todo o conteúdo e forma do livro me levam a propor ao leitor que caminhe conosco na desnaturalização dos processos sociais de exclusão que a dita frase insinua: a desesperança dos jovens que vivem nas favelas; a sensação de desnecessidade de sua contribuição para a sociedade; o destemor a que a realidade os obriga; e em contraponto, a ostentação e a crueldade crescentes com que muitos deles matam, transgridem e afrontam a sociedade. Nunca soube interpretar muito bem a

expressão colocada em epígrafe, nem como responder à pergunta exposta (será para chocar?). Mas a inquietação continua nas linhas e entrelinhas da obra realizada pelos colegas a quem tenho a honra de prefaciar.

O livro *Nem Soldados nem Inocentes* trata de adolescentes pobres, alguns vivendo em situação de miséria, cativados ou enredados como trabalhadores do ilegal, perigoso e sedutor mercado de drogas (cocaína e maconha) no Rio de Janeiro. Compõe uma construção intelectual comovente porque mistura compreensão e peculiar metodologia hermenêutica que se funda na empatia necessária com os sujeitos pesquisados. Essa necessária empatia é o que dá o tom da obra, porque, ao mesmo tempo, focaliza as determinações e o lugar dos sujeitos, tratando-os como pessoas capazes de, até nas piores condições, tomar decisões, dentro de um possível social muito limitado, mas sempre existente e sempre possível. Essa linha de reflexão, que atravessa o estudo, é fundamental porque deixa sempre aberta a janela da mudança e a crença no protagonismo social e pessoal. Aliás, a meu ver, essa é a única filosofia capaz de fundamentar qualquer ação de eficácia pedagógica, do ponto de vista da cidadania, num universo de tão poucas chances, em que a representação das determinações ou o fatalismo dos próprios jovens tende a se cristalizar em frases como “por que ter medo, se o futuro é a morte?”.

O olhar de proximidade sobre os inúmeros tentáculos do fenômeno se assenta na experiência riquíssima de Otávio, ao se aproximar de forma crítica das práticas concretas de aplicação das políticas sociais. Como os seus amigos e companheiros de trabalho do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES) costumamos dizer: “Otávio é um Ph.D. em trabalho de campo”. Eu diria que ele tem também pós-doutorado em análise de aplicação das políticas sociais, pois nesse particular, desenvolveu um método de trabalho peculiar, no qual, ao mesmo tempo em que busca compreender, interfere propositalmente, apontando caminhos e acenando para as possibilidades de mudanças. Método *sui generis*, que poderia receber a interdição dos seus colegas sociólogos *stricto sensu*, se não tiverem sensibilidade suficiente para perceber a urgência de transformações imediatas, para os que necessitam dessas políticas ou sofrem por causa delas.

Em todos os sentidos expressos no parágrafo anterior, diria que o trabalho de Otávio e seus colaboradores, embora se refira ao espaço específico do Rio de Janeiro, tem valor universal. Isso porque, fazendo uma metaanálise do texto em questão, chego à conclusão de que nele estão em jogo três temas fundamentais e muito fortes da sociologia: o primeiro diz respeito aos aspectos históricos do

grupo social analisado e das determinações estruturais e conjunturais que criam o contexto de suas condições, situações e estilos de vida; o segundo trata do campo mediador das políticas sociais em geral e específicas, para mudar ou para contribuir nas transformações do quadro das determinações ou das pessoas que se envolvem em atividades e atos ilegais; o terceiro aspecto se refere ao campo da liberdade humana própria de cada indivíduo, no caso concreto, de cada jovem sob cumprimento de medidas socioeducativas, de fazer opções, de correr riscos, de aceitar ou de rejeitar os apelos do tráfico de drogas. Tais dilemas são universais na sociedade brasileira. É sobre esses três pontos que tecerei considerações.

O trabalho revela, em primeiro lugar, que a situação do mercado de drogas do Rio de Janeiro não é uma invenção passageira. Ele se radica em condicionamentos muito maiores e mais amplos, que não podem ser eliminados com a mera política de repressão dos órgãos de segurança pública. Ele tem história, e nessa história se complementam dialeticamente a busca existencial e ancestral dos seres humanos por substâncias que alteram seu estado de consciência e de percepção: “um homem em cada quatro, ou seja, mais de um bilhão de pessoas no mundo buscam na droga alguma coisa diferente do seu modo rotineiro de ver e pensar” (Baptista et al., 2000:7); e as interdições históricas e culturais. Numa escala mais próxima, no Rio de Janeiro, além das razões universais, estão combinadas, na produção do fenômeno, as condições socioeconômicas adversas de mais de um quarto da população residente, de cujo total uma parcela encontra, no mercado das drogas, possibilidades de trabalho e de consumo; as peculiaridades da distribuição da população carioca no espaço urbano; os fortes interesses econômicos estabelecidos no comércio de tóxicos; as tentadoras articulações entre a legalidade e a ilegalidade; e, sobretudo, as poucas chances da população que hoje trabalha no comércio varejista das drogas de conseguir se inserir no mercado formal de trabalho. Esses pontos estão tratados numa complexa visão dos atores, fazendo esses termos abstratos mencionados por mim, se tornarem sangue e alma a partir de uma análise situacional fundada em dados empíricos e na lógica dos sujeitos envolvidos.

Sobre isso é muito importante somar à forma como os autores tratam o fenômeno a contribuição de Wieviorka (1997), que analisa num alto nível de abstração a particularidade das expressões de violência social no contexto atual. Esse autor mostra o que há de específico na violência típica nessa etapa do capitalismo globalizado, cuja ênfase quase absoluta se dá ao lucro e ao consumo, uma vez que ainda não estão estabelecidos os limites ou barreiras de tolerância

da ‘questão social’. Wieviorka interpreta a violência pós-moderna, com realce no tráfico de drogas, diferenciando-a das expressões de épocas anteriores, por exemplo, a que era característica dos anos 60 e 70 passados. Em tais décadas predominavam as expressões de conflitos políticos, as formas de protesto e até a luta armada, em movimentos vinculados a propostas revolucionárias e a projetos sociais desenvolvimentistas. Era nesses movimentos que a juventude se engajava. No caso do Brasil, a história mostra que em várias circunstâncias houve projetos comuns unindo os anseios da classe trabalhadora e da classe média.

Diz Wieviorka (1997), em suas análises, que, embora em algumas partes do mundo ainda ocorram experiências como as dos anos 60 e 70, hoje as expressões de violência se deslocam para fenômenos de ordem infra ou metapolítica. O seu caráter infrapolítico está associado à degenerescência, cada vez mais evidente, do fenômeno político em si, em favor de uma privatização ligada aos desejos de controle econômico, de possuir muito dinheiro rapidamente, de consumismo ou de vingança social.

Dessa forma, a estratégia da violência atual não é mudar o Estado, como queriam os revolucionários. É mantê-lo à distância, enfraquecê-lo, privatizá-lo ou corrompê-lo para criar uma autonomia das atividades econômicas à margem de todo o aparato legal. O jogo financeiro e especulativo proveniente do tráfico de drogas, de armas, de objetos roubados ou contrabandeados, dentre outros, sobrevive melhor sem regulação, aproveitando-se da fraqueza dos Estados nacionais. As gangues, as quadrilhas – como no caso do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho ou o Terceiro Comando –, são expressões locais que se apóiam em verdadeiros sistemas de troca e produção. Por isso, as mais expressivas organizações do crime que atuam no varejo, o fazem nas áreas urbanas mais dinâmicas, onde se processa a atividade econômica e onde o poder aquisitivo se concentra.

Mas, por que e como se dá a presença dos pobres ou da população de baixa renda na organização e no exercício desse lucrativo comércio? Essa integração ocorre de forma muito peculiar. Cresce e se intensifica numa conjuntura em que o desemprego estrutural com o qual essa faixa da população convive historicamente se acirra, por causa dos mecanismos de reestruturação produtiva que privilegiam as mudanças tecnológicas e o barateamento do componente da mão-de-obra nos fatores de produção. Isso faz acelerar os processos de exclusão do trabalho e, conseqüentemente, de exclusão social e moral de uma vasta camada da população. Esse fenômeno cresce mundialmente *pari passu* com as profundas mudanças nas relações de produção.

Ao 'incluir' os pobres e particularmente os jovens, a organização criminosa e ilegal de contrabando de armas e de tráfico de drogas posiciona-os no *front* dos combates, no lugar do risco e de maior vulnerabilidade. Ao agir dessa forma passa a usufruir, assim, além da mais-valia de seu trabalho, do privilégio do anonimato e da vida abastada, à custa deles, ao mesmo tempo em que torna possíveis seus sonhos de consumo. É importante ter em mente, portanto, que as formas mais visíveis da violência social no Brasil de hoje, com ênfase no crescimento do tráfico de drogas, denunciam o fim de uma época desenvolvimentista e a decomposição de sistemas sociais, políticos e estatais. Em resumo, a análise das determinações estruturais, históricas e atuais mostradas no trabalho de Otávio e colaboradores evidencia a perenidade da pobreza, da desigualdade e da exclusão, o recrudescimento desses dois últimos processos, ao mesmo tempo em que os dados estatísticos assinalam ligeira queda no âmbito do que se denomina pobreza absoluta. Ressalta também o fato de que, ao contrário do que acontece com a perenização e naturalização das condições adversas de vida, os apelos ao consumo crescem aceleradamente e afrouxam-se as barreiras ideológicas e morais que sempre mantiveram os grupos sociais desprivilegiados em situação de conformidade.

O segundo tópico, fortemente assinalado pelos autores, é a ineficácia e a ineficiência das políticas públicas e sociais, apresentando alguns fatores desse fracasso. Em primeiro lugar, o trabalho mostra que falta aos jovens o básico a que pela Constituição teriam direito. Vejamos os resumos de seu perfil: "pouco estudo, múltiplas reprovações, defasagem educacional, trabalho infantil, baixa remuneração, exclusão de direitos trabalhistas e conseqüente baixa auto-estima". Em resposta, o sistema de medidas socioeducativas não dá resposta, não supre os direitos até então recusados. Ao contrário, acentua as desigualdades e a exclusão em que vivem esses adolescentes, na medida em que funda sua pedagogia no aprisionamento, na disciplina e na impessoalidade.

Como mostra Otávio neste e em outros trabalhos (Cruz Neto, 1999), muitas dessas mudanças dependem apenas de uma decisão organizacional, do estabelecimento de prioridades e, principalmente também, de sensibilidade humana para o sofrimento ou a carência alheia. Portanto, várias delas estão ao alcance das autoridades e da sociedade e poderiam ser exercidas e efetivadas como, por exemplo, atividades em que se sintam integrados, atuantes e valorizados e, formas de atendimento individualizado. É por isso, também, que os autores carregam um pouco as tintas sobre a ineficácia, a descontinuidade, o descompromisso e, por vezes, sobre os efeitos perversos das políticas públicas e sociais. Falam a

partir de um olhar muito particular, pois aguçam sua visão de cientistas sociais que acreditam no trabalho de campo e o valorizam. Apresentam depoimentos e expressões dos jovens quando criticam o abandono e o descaso com que são tratados seus locais de moradia, suas chances no mercado de trabalho, sua vida e as suas expectativas de futuro.

Mas é sobre as instituições públicas, pelas quais passaram com o pretenso intuito de realizar a sua ‘ressocialização’, que sua experiência é colocada de forma mais crítica. Nesse ponto, nem Otávio nem qualquer um de nós pode ser otimista e contemporizar. Os fugazes momentos em que os garotos e garotas que fizeram parte da pesquisa tiveram de contato com alguma pessoa que os considerou indivíduos ou pessoas em formação capazes de serem presentes e futuros cidadãos; os ínfimos instantes prazerosos que as instituições de internamento lhes proporcionaram ficam subsumidos na rotineira, sistemática e obtusa forma com que são desrespeitados e massificados. Existe, sobretudo, um processo de despersonalização. O trabalho evidencia que as instituições do Sistema de Medidas Sócio-Educativas são contumazes praticantes de violência física, abusos psicológicos e negligência. Os testemunhos dos jovens e das jovens em conflito com a lei ressaltam, na verdade, o fracasso social e político de lidar com o problema. Num recente trabalho de avaliação de propostas para o Departamento de Ações Sócio-Educativas que fizemos no CLAVES (Minayo et al., 1999), ficou patente para nós que não é suficiente a boa vontade de um ou de muitos técnicos que aí atuam: é o sistema, é a concepção pedagógica, filosófica e moral que estão errados. Na verdade, esse sistema perpetua uma profunda descrença da sociedade sobre a possibilidade de ‘ressocialização’ dos jovens em conflito com a lei.

Sobre o tópico tratado anteriormente resta-nos, portanto, uma pergunta: todos apregoaram o fracasso do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), depois, da Fundação Nacional de Assistência ao Menor (FUNABEM). Por que será que, mesmo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nunca se conseguiu, em áreas urbanas tão avançadas científica e tecnologicamente como Rio e São Paulo, construir de forma diferente, na prática, as chamadas medidas socializadoras para os que conflitam com a lei? O trabalho de avaliação de Otávio e seus colaboradores é absolutamente reticente quanto a conclusões prospectivas sobre a eficácia inclusive de algumas propostas inovadoras que rompem com o círculo vicioso da prática disciplinadora, massiva e repressiva dos internamentos. Não crêem eles em seu potencial? São céticos quanto a sua continuidade? Nesse ponto os autores ficam nos devendo um acompanhamento

de mais longo prazo, acompanhamento que, a meu ver, deveria privilegiar a trajetória não só das instituições, mas, sobretudo, de cada um dos jovens com os quais agora dialogaram. O certo é que, até agora, o grande esforço ideológico de mudanças carreado pela construção do ECA e todo o gasto social para sua aplicação ainda nos decepcionam e nos desafiam. Infelizmente, a incrível pedagogia da despersonalização, da disciplina pela disciplina e do castigo físico, proposta herdada do SAM e da FUNABEM, continua a “fabricar infratores para o DESIPE, onde 60% dos apenados são oriundos das instituições de menores”, conforme depoimento de uma ex-diretora do Sistema (Minayo et al., 1999).

É bem verdade que no campo de nossas análises nada é fácil, nada é simples. A situação infracional é, e será sempre, um campo problemático para a sociedade. Durkheim (1980) já dizia, em seus clássicos estudos, que o crime reafirma a existência da lei e assim, pedagogicamente, lembra à sociedade os próprios limites a que ela se impõe moralmente. Nesse sentido, ele tem uma função social: enquanto fenômeno sociológico, “o crime é normal”. Esse mesmo ator lembra, no entanto, que a sua intensificação se torna um problema relevante, na medida em que naturaliza o proibido, confunde as barreiras morais sobre o bem e o mal, apontando assim para uma situação de ‘anomia’. Ou seja, quando o *quantum* das infrações às leis ultrapassa um certo limite aceitável pelo conjunto da sociedade, assinala-se uma deterioração do contrato social que a mantém enquanto comunidade moral. Parece-me que, no nosso caso, essa deterioração atual traduzida pelos números apresentados neste e em outros estudos como os de Assis (1999) tem raízes no processo de exclusão e de desigualdades estruturais que está, cada vez mais e com maior nitidez, apontando os que não têm direito ao banquete da globalização das riquezas e da cultura. E lhes é apontada, contraditoriamente, a oportunidade de catar as migalhas que sobram do banquete também globalizado do mercado ilegal de drogas.

Como dizem os autores, o mercado de drogas e de violência no Rio de Janeiro não são um problema externo ao conjunto das relações sociais e econômicas que aqui se processam, fazem parte delas. É nesse ambiente proscrito que se amplia e se torna relevante a participação dos jovens em conflito com a lei e sob medida socioeducativa. Esse mercado é para eles uma possibilidade imediata e imediatista de consumo, de *status*, de relacionamentos múltiplos, de poder e de expressão de sua rebeldia e de sua ainda indecisa, confusa e frágil identidade social. Esse mercado violento nasceu sem a sua participação, mas necessita dela para se reproduzir. Por isso, diferentemente do mercado formal

que os expulsa ou não os acolhe, dá oportunidade a seu protagonismo, num cenário em que ao mesmo tempo os torna ainda mais vulneráveis. Esse mercado violento coloca-os exatamente como um ser do nosso tempo, dentro da modalidade mais específica da violência no mundo atual, no interior da qual, consciente ou inconscientemente se vinculam a um universo dos mais lucrativos negócios: tráfico de drogas e tráfico de armas.

Esses jovens, que na engrenagem dos mais escusos interesses são apenas um pontinho nas conexões internacionais, pagam com a vida a doce ilusão de um prazer realizado: o de ter sido, por alguns instantes, cidadão que reza no templo do consumo. Seria tudo isso uma expressão de ‘anomia’, como pensava Durkheim, ou o anúncio controvertido e doloroso das necessidades de mudanças profundas nos padrões éticos de convivência global e local? Quantas vidas a mais de jovens pobres, de baixa escolaridade, sem qualificação profissional para enfrentar o mercado formal de trabalho, habitantes das periferias e favelas, na maioria negros e pardos, precisarão ser ceifadas para fazer germinar o novo momento do contrato social? Segundo a hipótese de Wieviorka (1997), essa exacerbação dos conflitos e da exclusão social derivam muito mais do enfraquecimento do Estado e de sua capacidade de formular e realizar políticas públicas e sociais eficazes do que dos conflitos sociais e políticos, que se direcionam para as mudanças sociais. O trabalho de Otávio e seus colaboradores dá testemunho de que os crimes cometidos pelos traficantes nos morros e na periferia carioca vicejam junto com opiniões totalmente negativas dos jovens e da população que habitam esses espaços, a respeito da atuação do Estado em geral e, sobretudo, de seu braço repressor – a polícia. Muitos traficantes ou chefes de gangue são vistos, em suas áreas de influência, como benfeitores que têm recursos e são generosos no atendimento pontual e pessoal das necessidades básicas da população. As mesmas necessidades ante as quais a atuação do Estado é ineficiente ou insuficiente.

A partir daqui passo a refletir sobre a questão da subjetividade. É preciso ter em conta que as expressões de violência hoje relevantes não são apenas instrumentais. Nunca houve uma população de jovens tão extensa como a atual, no Brasil. Existem 32 milhões de habitantes na faixa etária de 15 a 19 anos no País, 79% dos quais residem em regiões urbanas. Na área metropolitana do Rio de Janeiro moram, segundo dados de 1996 da Contagem Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1.747.000 jovens de 15 a 24 anos, constituindo 17,8% da população total. Ou seja, nunca houve um

número tão grande desse grupo social pressionando a sociedade estabelecida, chegando essa realidade a formar, no atual momento histórico, o que os demógrafos denominam ‘onda jovem’. O grupo mais populoso está na faixa de 17 anos. Em contraponto, os equipamentos sociais para atender essa população continuam pobres, escassos ou inexistentes.

Ora, há na juventude de todo o mundo um gosto pelo risco, pela aventura, pelo protagonismo, seja para produzir algum sentido ou pelo puro prazer de manifestar contestação. Esse ponto não pode ser desprezado na análise do fenômeno infracional, pois vários analistas sociais como Burke (1995) e Chesnais (1981) mostram, historicamente, que desde as mais remotas sociedades os jovens são reconhecidos pelo seu envolvimento em transgressões às normas e às leis de suas sociedades específicas. A maioria deles, quando adultos, voltam ao campo do estabelecido e do convencional. O que há de peculiar aqui é a confluência de fatores demográficos com o aumento das desigualdades, o crescimento dos processos de exclusão, a falta de perspectivas no mercado de trabalho e a oferta de integração ao consumo, via comércio varejista de drogas. A isso se junta, como um fenômeno da sociedade atual, a intensificação dos apelos ao consumo de bens, dentre os quais os que mais atraem os jovens envolvidos com o tráfico, conforme eles mesmos o demonstram, são os não duradouros e imediatistas, como roupas, objetos de ‘marca’ e a possibilidade de usufruir a comida em restaurantes que primam pela fartura, o esbanjamento com mulheres, e, de forma não desprezível, o aporte à sobrevivência da família. Os momentos de realização do consumo alimentam, neles, um arremedo de *status* mais próximo ao das classes com poder aquisitivo maior. Essas ‘liberdades’, que se contrapõem ao reino das necessidades básicas não satisfeitas em suas experiências de vida anterior, estão associadas a demonstrações de poder que têm sua culminância no uso de armas de fogo. Essa última possibilidade, simbolicamente e por instantes, supre momentaneamente as carências e impotências, as quais sempre constituíram o chão de suas vidas. O pior de tudo é que dificilmente esses jovens poderão usufruir de um retorno à legalidade, quando adultos, porque morrerão muito cedo, em confrontos entre suas próprias gangues ou nos conflitos com as forças de segurança pública. Quando se salvarem dessa alta probabilidade, quase sempre estarão presos, formando-se nas escolas de criminalidade que são, hoje, os estabelecimentos prisionais do País.

Em resumo, como é declarado em expressões dos próprios jovens, nalgum momento a entrada no tráfico constituiu-se opção. Opção diante dos poucos

‘possíveis sociais’, mas opção. Opção altamente perigosa, mas opção. Frequentemente opção potencializadora de um caminho penoso, arriscado, violento, repressor e sem volta, mas opção. É muito delicado tratar desse assunto, mas é muito importante enfrentar o desafio. Num trabalho realizado por Assis (1999), moveu-a a seguinte pergunta: o que distingue um jovem que entra no tráfico, ante a seus irmãos que se mantêm fora desse processo, quando ambos passaram pelas mesmas determinações sociais, pelos mesmos desmandos e ineficácia da ação do Estado, pelas mesmas orientações familiares? Seu estudo dá conta das tênues e frágeis margens de separação nas trajetórias diferenciadas de vida. No referido trabalho e na pesquisa que deu origem ao presente livro, fica patente que, apesar de tudo e de todos, há uma ‘escolha’. Sobre isso usarei o texto de Sartre que sintetiza, muito melhor do que eu própria, meu modo de pensar:

A idéia que nunca deixei de desenvolver é que, finalmente, cada um é sempre responsável pelo que fizeram dele, mesmo que ele não possa fazer nada mais que assumir essa responsabilidade. Essa é a definição que eu daria hoje de liberdade: este pequeno movimento que faz de um ser social totalmente condicionado, uma pessoa que não constitui a totalidade do que recebeu de seu condicionamento. (Sartre, 1970)

A discussão sobre a subjetividade é um ponto essencial desse debate, porque sem ela, e sem acreditar no ato humano de escolha, é absolutamente impossível pensar em qualquer mudança de vida por parte dos jovens. Sartre comenta esse ‘possível’ exemplificando com a força interior que transformou Jean Génét, de marginal e ladrão, em dramaturgo reconhecido. Colocar o jovem como vítima em nada avança na discussão de uma política eficaz para seu desenvolvimento e crescimento físico e emocional. É preciso não desprezar ‘o sentido da ousadia’ (para aprimorá-lo) que encerra o ato de assumir um compromisso com o movimento do tráfico. É preciso desarmar nossos tabus interiores para perceber ‘a vontade de sair da condição de miséria, de pobreza e de anonimato’ (para nela se firmar) que contém a ‘opção’ de enfrentar o perigo da ilegalidade e o peso das interdições da legalidade. Ao mesmo tempo, é preciso medir as conseqüências para a sociedade em que vivemos, construir subjetividades fundadas na cultura da violência pelas imensas restrições de acesso ao reconhecimento, à cultura do diálogo, da cidadania e da riqueza social e moral.

Termino esta reflexão lembrando que qualquer investimento em favor dos jovens que optaram ou foram aliciados para o mercado de trabalho e de consumo das drogas tem que considerar três planos. O das grandes determinações que fundam, mantêm e aprofundam as desigualdades e a exclusão; o da intervenção

do Estado, que deveria construir e propor instrumentos de realização de direitos e de fortalecimento da cidadania. E de forma relevante e prioritária, o âmbito das pessoas com seu nome, sua história e suas potencialidades: completar sua educação formal; desenvolver sua capacidade criativa e emocional; e, sobretudo, construir junto com elas uma fortaleza interior fundada no diálogo, na esperança, na consecução de sucessivas metas que conduzem a sua identificação positiva. Pode até ser que ficar no tráfico de drogas continue uma opção para alguns. Pode ser. Mas que essa opção não seja sustentada nem justificada pela omissão ou pela discriminação dos que se propõem a ‘cumprir medidas socioeducativas’.

Maria Cecília de Souza Minayo

Coordenadora científica do Centro Latino-Americano de
Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES)